

Pregão Eletrônico 15/2024
QUESTIONAMENTO 1

RESPOSTAS AO LICITANTE E INTERESSADO

Trata-se de questionamento apresentada pelo licitante e interessado em participar do certame, Pregão Eletrônico 16/2024, que tem como objeto a Composição da Ata de Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de conservação e limpeza por posto de serviço, para diversas unidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia- DPE/BA que estiverem em pleno funcionamento e em implantação na Região Metropolitana de Salvador e Interior do Estado, conforme quantitativo, especificações e condições definidas no Termo de Referência objeto da licitação.

Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?

RESPOSTA: Será solicitado para empresa arrematante os documentos e habilitação e a proposta resumida e ajustada ao lance vencedor e a planilha aberta de acordo com o posto de serviço constante no Termo de Referência, e a cada desclassificação, se houver, será seguido o mesmo procedimento e prazos.

b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?

RESPOSTA: A empresa poderá utilizar seu padrão, desde que possua todos os itens previstos na legislação trabalhista, previdenciária, social e tributária, assim como aqueles previstos no Termo de Referência e da Convenção Coletiva da Categoria, inclusive fardamentos e insumos dos funcionários.

c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?

RESPOSTA: Por ser uma despesa, deverá ser lançado em planilha, evitando que haja problemas contratuais em caso de necessidade de renovação ou substituição de uniformes. Quanto ao transporte, observar o valor da tarifa no município. Vale ressaltar que existem insumos e uniformes que possuem prazo de validade para utilização, demandam substituição e reposição durante a vigência e em momentos da execução contratual, e mesmo que fosse fornecido pela empresa, ainda assim há custos como combustível, depreciação, manutenção e que geram despesas e acabam sendo relativa a composição dos preços. Observar a Convenção Coletiva, o município vinculado ao posto de serviço e o Decreto Federal 10.854/2021.

Vale a pena salientar que esses itens são alterados com base no INPC anualmente e com base na fórmula indicada no contrato e termo de referência.

d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

RESPOSTA: Conforme previsto no Edital (Seção I da Parte II), deve-se observar a legislação, as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e das Convenções Coletivas de Trabalho ora aplicada e observar que quaisquer tributos, custos e despesas diretos e indiretos

Pregão Eletrônico 15/2024
QUESTIONAMENTO 1

omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos ou pedido de revisões, em nenhuma hipótese.

8. Na avaliação da exequibilidade da proposta serão observados os seguintes critérios:

8.1 Na composição dos custos dos preços devem ser considerados duas ordens de insumos: os **não gerenciáveis**, que são insuscetíveis de modificação, por decorrerem da necessidade de cumprimento de imposição legal ou de dissídio ou convenção de caráter normativo; e os **insumos gerenciáveis**, que podem ser livremente fixados pela proponente.

8.2 Serão consideradas manifestamente inexecutáveis as propostas cujos preços contemplem, em sua composição, itens **não gerenciáveis** com valores incompatíveis com os salários de mercado, encargos trabalhistas, previdenciários e tributos pertinentes.

8.3 Na hipótese de sub-dimensionamento de itens **gerenciáveis**, a proponente **deverá fazer prova** de sua exequibilidade, através de documentos e outros meios, em incidente que será instaurado no curso do procedimento licitatório, cujo acompanhamento será franqueado às demais licitantes.

e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a “exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador”

RESPOSTA: Foram utilizados para a formação dos preços referenciais pesquisas com empresas do ramo, sendo obtidos também com base nos Sindicatos da categoria como SINDILIMP, ressaltando que no entanto, a indicação do sindicato é de responsabilidade/direito do licitante, ressaltando-se que o enquadramento sindical é um direito do empregador, mas que a base territorial do local da prestação de serviços deverá ser observada, assim como a legislação vigente e o quanto descrito no Termo de Referência. Os serviços em óbice são executados em Salvador (BA), assim como observar a legislação vinculada e as exigências previstas no Termo de Referência em relação a equidade. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei [2200-2 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) ?

RESPOSTA: Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel, assim como o disposto no edital e na **Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.**

Pregão Eletrônico 15/2024
QUESTIONAMENTO 1

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

RESPOSTA: Conforme tipo, quantidade e de acordo com a quantidade de empregados constante do Termo de Referência, constante do Edital e da legislação vigente para o auxiliar de carga e descarga.

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

RESPOSTA: Conforme tipo, quantidade e de acordo com a quantidade de empregados constante do Termo de Referência, constante do Edital e da legislação vigente para o auxiliar de carga e descarga.

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

RESPOSTA: Não se aplica.

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

RESPOSTA: Conforme tipo, quantidade e de acordo com a quantidade de empregados constante do Termo de Referência, constante do Edital e da legislação vigente para o auxiliar de carga e descarga.

A empresa deverá comprovar por meio de documento o fornecimento, sendo que caso não seja fornecido, será efetuado a glosa do item, o qual o valor glosado somente será devolvido após a regularização da pendência, sem prejuízos de outras sanções e penalidades após regular processo administrativo.

4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

RESPOSTA: Sim. É executado atualmente pela empresa SEC Serviços.

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

RESPOSTA: 5% (cinco por cento) na cidade de lotação do posto de serviço.

6. qual tarifa transporte público do município?

RESPOSTA: Observar a tarifa municipal em Salvador que está vigente.